

Governo refaz metas e saca US\$ 4,1 bi do FMI

Economia - Brasil

Nova carta de intenções traz projeções mais folgadas para a inflação, de 15% a 16% em 12 meses

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – O Brasil vai sacar a parcela de US\$ 4,1 bilhões do empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI) que foi colocada à disposição do País na sexta-feira. A decisão foi anunciada ontem pelo diretor de Política Monetária do Banco Central, Ilan Goldfajn. O dinheiro deverá ingressar nas reservas até o final desta semana, segundo o diretor. Ele e o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, divulgaram ontem os termos da nova carta de intenções do Brasil aprovada pelo Fundo, cuja principal novidade são metas mais folgadas para a inflação.

Pelo texto, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses até setembro será de até 17,5%. Na série de 12 meses até junho ela poderá bater em 18,5%. É, portanto, uma trajetória mais elevada do que a prevista na meta adotada internamente pelo País, que prevê uma inflação de 8,5% de janeiro a dezembro de 2003.

Segundo Goldfajn, essa meta de 8,5% é a que balizará a política de juros do governo. A trajetória de inflação prevista no acordo com o FMI, porém, é bem

mais folgada. Ela prevê que o IPCA acumulado em 12 meses será de 15% em março, 16% em junho e 15% em setembro, com margem de tolerância de 2,5 pontos percentuais para cima ou para baixo.

Portanto, a inflação poderá ser de até 17,5% nos 12 meses findos em março, 18,5% na série de junho e 17,5% na série de setembro. Como o acordo com o FMI acaba em dezembro e ele sempre leva em conta os dados da economia no trimestre anterior, só há metas fixadas até setembro.

Os eventuais efeitos da guerra entre Estados Unidos e Iraque sobre a economia justificam a adoção de uma meta mais folgada para a inflação, conforme explicou o diretor do BC. A trajetória prevista no acordo com o FMI é mais elevada para acomodar eventuais choques na economia. “Isso é positivo para o País”, afirmou Goldfajn. “Se

acontecer algum choque, não precisaremos conversar com a diretoria do Fundo; temos um espaço em caso de guerra.”

A carta que contém o acordo do Brasil com o FMI afirma que “a política monetária tem se mantido em estado de alerta”. Quando a inflação brasileira fica acima da meta prevista no acordo com o FMI, a instituição pode interromper os desembolsos ao País. “Foi isso o que acabou de acontecer”, comentou Goldfajn. “Tivemos de fazer uma carta explicativa e entrar em entendi-

O QUE MUDOU		
Novas metas definidas com o FMI para 2003		
	COMO ERA	COMO FICOU
Metas de inflação (em %)		
Março >	8,0	15,0
Junho >	7,5	16,0
Setembro >	7,0	15,0
Teto da dívida pública do setor público consolidado (em R\$ bilhões)		
Março >	915	945,7
Junho >	905	961,1
Setembro >	930	985,6
Superávit primário consolidado (em R\$ bilhões)		
Setembro >	41,9	54,2
Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) (em %)		
No ano >	2,5	2,8

Fonte: Ministério da Fazenda

ArtEstado

mentos com o Fundo, do contrário o empréstimo poderia ser interrompido.”

A iminência da guerra foi também o que pesou na decisão do Brasil de sacar os recursos referentes a essa revisão, a despeito da recente melhora nas contas externas brasileiras. As projeções para as reservas oficiais brutas indicam que as demais parcelas também deverão ser sacadas, pois o saldo passa de US\$ 38 bilhões, em 2002, para US\$ 50 bilhões, em 2003. O diretor do BC confirmou apenas que “alguns saques adicionais” integram es-

sa projeção.

“O objetivo é apenas de precaução”, afirmou Goldfajn, ao explicar o saque da parcela de US\$ 4,1 bilhões. “Queremos aumentar a disponibilidade de reservas nesse momento em que o mundo está muito avesso ao risco.” Segundo o diretor, o saque é recomendado porque o recurso é mais barato do que os tomados no mercado. Na média, o Brasil pagará juros de 4% sobre o empréstimo tomado do Fundo.

Privatizações – A projeção de ingresso de receitas com priva-

tizações neste ano é zero, segundo consta da carta com o FMI. No entanto, no mesmo acordo, o Brasil se compromete a avançar no processo de privatização de quatro bancos estaduais federalizados: Maranhão, Piauí, Ceará e Santa Catarina. Joaquim Levy explicou que a venda desses bancos continua a ser um objetivo do governo. No entanto, como estão todas pendentes de decisões judiciais, optou-se por não colocá-las no acordo.

Consta do acordo também que a Petrobrás investirá R\$ 9,6 bilhões até setembro. Por outro lado, o reconhecimento de “esqueletos” nas contas públicas chegará a R\$ 8,6 bilhões.

O texto do acordo do Brasil com o FMI prevê que, neste ano, o superávit primário do setor público consolidado (dado pela diferença entre receitas e despesas, exceto gastos com juros, das contas dos governos federal, estaduais, municipais e empresas estatais) será equivalente a

4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), ante 3,75% da versão anterior. “O governo tem o compromisso de gerar, no médio prazo, superávits primários suficientes para garantir o gradual declínio da relação dívida/PIB”, diz a carta.

Ela informa, ainda, que as metas fiscais para o período de 2004 a 2006 serão submetidas ao Congresso Nacional em abril, junto com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O texto não informa quais serão essas metas, mas a área técnica do governo trabalha com projeções de que o resultado de 4,25% será mantido ao longo dos próximos anos.

As projeções constantes do acordo indicam que o PIB brasileiro terá uma ex-

pansão de 2,8% neste ano. Na versão anterior do acordo, a projeção era de 2,5%. Prevê, ainda, que o déficit em conta corrente ficará em 1,3% do PIB em 2003. Anteriormente, o acordo dizia apenas que ficaria “abaixo de 2%”.

José Paulo Lacerda/AE - 30/12/02



Queremos aumentar a disponibilidade de reservas neste momento em que o mundo está avesso ao risco

Ilán Goldfajn